

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.508 - SE (2019/0356577-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ANDRE LUIZ ANDRADE DOS SANTOS
ADVOGADO : ANDRE LUIZ ANDRADE DOS SANTOS - SE011118
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : DIEGO FRANCA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Diego França dos Santos**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Sergipe (Apelação n. 201900320311).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (500 g de maconha), à pena de 6 anos e 3 meses de reclusão, em regime fechado, além do pagamento de 652 dias-multa (fl. 49). O recurso de apelação não foi conhecido por ser intempestivo (fls. 48/49).

Requer-se a concessão da ordem para que seja determinada a alteração da pena-base ao mínimo legal e a modificação do regime para o semiaberto.

É o relatório.

Na espécie, é **inviável aferir a existência de aludida ilegalidade, pois a exordial não veio acompanhada de cópia integral da sentença.**

Como é cediço, o *habeas corpus*, ação constitucional de natureza mandamental destinada a afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, tem, em razão de seu escopo, natureza urgente, e por essa razão, não comporta dilação probatória e exige prova pré-constituída das alegações, a qual deve ser trazida no momento do seu ajuizamento, cabendo o ônus da instrução ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado (STF - AgRg no HC n. 103.240/RS, Ministro Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 29/3/2011; STF - HC n. 107.350/RS, Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 19/5/2011; STJ - HC n. 197.183/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 30/06/2011; STJ - HC n. 119.702/PE, Ministra Jane Silva (Desembargadora convocada do TJ/MG), Sexta Turma,

Superior Tribunal de Justiça

DJe 2/3/2009).

Ante o exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

